



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPIN SUDESTE – ARPINSUL – Comissão Guarani Yvyrupa –
Conselho do Povo Terena – ATY GUASU – COIAB

9 de Março, 2021

Honorável Joseph R. Biden
Presidência dos Estados Unidos da América
1600 Pennsylvania Avenue NW,
Washington, DC 20500
Estados Unidos

Prezado Senhor Presidente:

À luz do decreto expedido no último 27 de janeiro, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) vem, por meio desta carta, solicitar a inclusão dos povos indígenas na elaboração do plano político americano para proteção da Amazônia. A defesa da Floresta Amazônica, assim como de outros ecossistemas críticos, como o Cerrado, Pantanal, Caatinga, Pampa e Mata Atlântica, é urgente e depende cada vez mais de uma ampla participação de governos, empresas e sociedade civil internacional, uma vez que o Brasil passa por uma crise institucional e legislações ambientais estão sendo continuamente desmontadas. E, neste processo de deterioração institucional, um dos grupos mais afetados somos nós, povos indígenas, protetores históricos das florestas brasileiras. Dado nosso papel fundamental e estratégico para a preservação da Amazônia, **solicitamos que seja estabelecido um canal direto de comunicação entre a equipe responsável por implementar a “Ordem Executiva para Combater a Crise Climática em Casa e no Exterior” e a APIB**, para que juntos possamos pensar em políticas de proteção da Amazônia.

Como ponto de partida, chamamos a atenção para a suma necessidade de implementar um **processo ágil de consultas junto aos povos indígenas**, nos incluindo nessa ação que, como guardiões desses biomas, nos é de muito interesse. Somos gratos pelo reconhecimento da luta dos Povos Indígenas por parte de John Kerry que, durante o Prêmio Robert F. Kennedy Human Rights à Alessandra Munduruku, lembrou das negociações do Acordo de Paris junto ao ex-Presidente Obama afirmando a necessidade de criar um roteiro para controlar o aquecimento global: “..um roteiro que exigia que escutássemos e ouvíssemos as pessoas em tantas áreas isoladas do nosso mundo onde elas sofrem as consequências da crise climática, mas quase não contribuíram para ela.” **John Kerry demonstrou profundo conhecimento sobre a importância dos Povos Indígenas afirmando que “o resto de nós deve aprender muito com [os Povos Indígenas], começando por como cuidar do nosso meio ambiente, como manter nossos rios limpos e fortes, como manter nossas terras férteis e saudáveis, como cuidar do nosso povo e nosso habitat de uma forma sustentável.”** Hoje, esperamos contar com o comprometimento de Kerry em nossa luta!

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) demonstrou que áreas habitadas por povos indígenas possuem um índice maior de preservação das florestas, o que reforça a importância da demarcação de terras indígenas. **Como parte do desmonte das agências de proteção e supervisão ambiental implementadas no final dos anos, o governo Bolsonaro exonerou o diretor geral do INPE quando foram apresentados os dados das queimadas em 2018, que alarmaram o mundo.** Agências como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), antes consagradas internacionalmente por seus trabalhos, também tiveram suas lideranças substituídas por oficiais de confiança do atual governo.

Além de assegurar a preservação da vida, cultura e direitos constitucionalmente garantidos aos povos indígenas, **a demarcação de terras acompanhada de supervisão das mesmas e consultas frequentes, se demonstra fundamental para a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.**



ARTICULATION OF THE INDIGENOUS PEOPLES OF BRAZIL

APOINME – ARPIN SUDESTE – ARPINSUL – Comissão Guarani Yvyrupa –
Conselho do Povo Terena – ATY GUASU – COIAB

Há meses, o Presidente Bolsonaro vem pressionando o Congresso brasileiro para aprovar um projeto de lei (PL-191/2020) que permite a mineração e outras atividades econômicas em terras indígenas, o que afetaria direta e indiretamente 863.000 km² de florestas. Além de ameaçar vários povos indígenas, a mineração é uma atividade que causa diversos impactos socioambientais, como o desmatamento de florestas e outras vegetações nativas por meio da construção de escavações, barragens e ferrovias. Além disso, a mineração pode contaminar a água com resíduos tóxicos e metais pesados, ameaçando a sobrevivência dos povos indígenas. **No início de 2020, o projeto de lei que favorecia latifundiários, conhecido internacionalmente como Land Grabber's Law, foi discutido na Câmara. Porém, dado grandes pressões domésticas e internacionais como riscos de acordos entre Mercosul e Brasil, uma carta da Deputada Deb Haaland, e outros, esse projeto de lei ainda não foi votado.** Agora, a proposta legislativa sobre mineração soma-se à outros retrocessos ambientais do atual governo. Portanto, é fundamental que haja uma **oposição ampla e forte contra este projeto de lei**, assim como de outras medidas que visam legalizar crimes de grilagem de terras Indígenas.

Conforme destacamos em nosso relatório Cumplicidade na Destruição 3 - Como Corporações Globais Permitem Violações dos Direitos dos Povos Indígenas na Amazônia Brasileira, acreditamos que governos globais e formuladores de políticas em todo o mundo, e certamente incluindo nos Estados Unidos, devem regular as atividades de fundos de investimento, bancos e empresas que estão investindo ou operando na Amazônia e em outros ecossistemas críticos. Para tanto, o Departamento do Tesouro dos EUA ou outras agências relevantes devem criar mecanismos de controle de monitoramento e transparência para instituições financeiras, comerciantes de commodities e importadores que tenham relação direta ou indireta com a Amazônia. Sua administração deve garantir que os produtos importados pelos Estados Unidos não contribuam para a destruição da Amazônia ou para as violações dos direitos das comunidades Indígenas e tradicionais. Sua administração deve abster-se de entrar em um acordo de livre comércio com o Brasil até que salvaguardas robustas e verificáveis estejam em vigor garantindo a preservação dos direitos e territórios Indígenas na Amazônia brasileira.

O atual Governo Brasileiro tem expandido, de forma acelerada e sem análises ambientais apropriadas, novas fronteiras de exploração de petróleo e gás à iniciativa privada, em áreas marítimas que se estendem além das 200 milhas náuticas, colocando em risco áreas muito além da área de exclusividade econômica do país. Além disso, têm sido ofertados em leilões para exploração de petróleo e gás, áreas de riquíssima biodiversidade e essenciais à vida de povos Indígenas. Segundo o Observatório do Petróleo e Gás, o vazamento de petróleo de 2019 atingiu diretamente 50 milhões de brasileiros, provando a incapacidade do atual governo de resolver um acidente. Por isso, é essencial que sejam **estabelecidas salvaguardas ambientais e exigida a retirada de tais territórios sensíveis das ofertas**, assim como a **apresentação de um plano robusto e a prova da capacidade operacional de contingência** no caso de um possível vazamento ou acidente.

Em 2020, a **pandemia da Covid-19 atingiu mais de 50% dos Povos Indígenas que vivem no Brasil**, uma crise sanitária e humanitária agravada pelo governo brasileiro. A Amazônia continuou sendo alvo de intenso desmatamento, o que se relaciona diretamente aos altos índices de queimadas que marcaram o ano. A Amazon Dashboard, plataforma criada pela NASA para acompanhar as queimadas na floresta, demonstrou que a maior parte da incidência de focos de calor estavam de fato concentradas em áreas desmatadas. **Diante do aumento das queimadas e desmatamento, o presidente Jair Bolsonaro discursou a favor de atividades extrativistas predatórias e do agronegócio em áreas protegidas, implicando-o diretamente nesse processo de degradação ambiental. Além disso, seu discurso agressivo e contrário à agenda de**



ARTICULATION OF THE INDIGENOUS PEOPLES OF BRAZIL

APOINME – ARPIN SUDESTE – ARPINSUL – Comissão Guarani Yvyrupa –
Conselho do Povo Terena – ATY GUASU – COIAB

direitos humanos estimula ainda mais a criminalização e os diversos ataques às lideranças comunitárias e aos ativistas socioambientais no Brasil, que hoje é o terceiro país que mais mata defensores ambientais no mundo. Em 2019, primeiro ano da gestão Bolsonaro-Mourão, houve um aumento de 23% nos conflitos ambientais, e um record no assassinato de Indígenas, tentativas de assassinato e de relatos de ameaças de morte.

O projeto de morte do Governo Bolsonaro propõe a legalização de crimes socioambientais e a descontinuidade das políticas de proteção à floresta amazônica. Todos os atos do Governo Federal evidenciam a necessidade de uma articulação internacional para garantir que as ações de Bolsonaro não perpetuem a destruição da maior floresta tropical do mundo. A implementação de políticas socioambientais, entre os anos de 2004 e 2012, promoveram de maneira concreta uma redução em 80% do desmatamento no país. Em Agosto de 2019, com os incêndios que chocaram o mundo, o aumento de desmatamento em relação ao mesmo período em 2018 chegou a 222%.

Para assegurar e cobrar que o Estado brasileiro volte a fazer uso de suas legislações ambientais e suas diversas agências de proteção, é **essencial incluir os Povos Indígenas na mesa de negociação e elaboração de estratégias**. Por isso, nós, da APIB, ressaltamos as questões importantes, sob a perspectiva indígena, que o governo americano deve levar em consideração ao elaborar seu projeto de proteção da Amazônia.

Atenciosamente,

Sônia Guajajara
Coordenadora Nacional da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB